

Casamento e gênero: mudança nas famílias contemporâneas a partir do caso português

Anália Cardoso Torres

Resumo

A partir de várias pesquisas recentes, que exploram técnicas de investigação quer quantitativas quer qualitativas, analisam-se as relações entre gênero, casamento, divisão do trabalho entre homens e mulheres e mudança social. Mais pormenorizadamente desenvolve-se neste artigo o tema das relações entre vida conjugal e trabalho através, por um lado, dos resultados de inquéritos por questionário em nível nacional (Portugal) e da Grande Lisboa e, por outro, de entrevistas com casais, homens e mulheres do mesmo casal de diferentes durações de casamento, idade e classe social, que vivem na Grande Lisboa.

Palavras-chave: gênero, casamento, divisão social e sexual do trabalho, mudança social.

Em pesquisa anterior sobre o divórcio (Torres, 1996) e, em mais recentes, sobre o casamento e a divisão do trabalho entre homens e mulheres (Torres et al., 2000), a questão da mudança nas famílias contemporâneas foi amplamente abordada. Neste artigo pretende-se analisar questões suscitadas nesses percursos de investigação, onde se analisaram as relações entre gênero, conjugalidade e transformação social, e dar conta de alguns resultados de investigação. A atenção centra-se agora, no entanto, por economia de espaço, em alguns aspectos da investigação sobre o casamento e a divisão do trabalho entre homens e mulheres.

Vejam algumas das interrogações a que se procurava dar resposta. Em termos de mudança social, já que captá-la era também um dos objetivos da pesquisa, que efeitos poderiam ter as mesmas variáveis no caso das situações de conjugalidade que não tinham conhecido a ruptura conjugal? Que conseqüências teria a inserção crescente e massiva das mu-

heres no mercado de trabalho no plano da reformulação de papéis na conjugalidade, da avaliação dos direitos individuais, da tomada de decisões e na definição do campo de possibilidades de agir? Em outras palavras, fora de situações-limite, como era a do divórcio, em que os direitos são exercidos, num certo sentido, pela negativa – não querer a situação, não aceitar, não se submeter – como seria vivida essa maior autonomia relativa das mulheres no contexto da conjugalidade? Encontraríamos sinais do crescente protagonismo que detectamos atrás, mas agora pela positiva? Seriam as histórias conjugais dos que não sofreram o divórcio atravessadas pelos ecos da modernidade, e, por isso mesmo, testemunhos dos direitos que se defendem no plano das idéias, demonstrações de amor romântico, de partilha e paridade entre homens e mulheres? Caminhar-se-ia para outras formas de relação entre amor e conjugalidade, como a que Giddens (1992) designa por “amor confluyente”? Em suma, esbater-se-iam as diferenças por referência ao gênero, atenuar-se-ia a diferença sexual? Ou estaríamos antes, também aqui, num território marcado por configurações e combinatórias específicas de tradição e modernidade, bem como por expressivas diferenças determinadas pelo gênero?

Vejamos de forma parcelar algumas das respostas encontradas.

Vida conjugal e divisão do trabalho entre homens e mulheres: algumas conclusões

A análise das transformações na situação das mulheres casadas perante a atividade profissional do princípio do século até os nossos dias mostra como, no decurso do século XX, a maioria das mulheres casadas desenvolveram um conjunto de atividades com relevância econômica ou mesmo diretamente para o mercado – trabalho no campo, trabalho nas fábricas, trabalho ao lado dos homens em atividades comerciais, trabalho nos serviços pessoais domésticos – embora esse tipo de contributo tenha permanecido invisível durante muito tempo.

Na verdade, o que diversos estudos revelaram, a partir do anos 60, foi que, por razões ideológicas e porque o modelo ideal era até então o da mulher dedicada à casa e aos filhos, a extensão e o volume da participação na atividade econômica direta ou indireta em que estavam envolvidas muitas mulheres tendiam a ser obscurecidos. No caso português,

foi nítida essa invisibilidade do trabalho exterior feminino no que dizia respeito à agricultura, aos serviços domésticos e mesmo ao trabalho fabril, que não tinham expressão, por vezes de forma nítida, nas estatísticas. Mantinha-se obviamente um setor de mulheres que punham em prática o modelo ideal, um conjunto muito restrito de mulheres burguesas e, mais tarde, das chamadas classes médias que se mantinham inativas, usufruindo, aliás até muito tarde no caso português, de mão-de-obra de serviço doméstico barata e abundante.

Dos anos 60 para cá assistimos, em Portugal como na maioria dos países ocidentais, simultaneamente à erosão do modelo ideal de domesticidade das mulheres e à generalização da atividade feminina diretamente para o mercado em quase todas as áreas e setores sociais. Mas esse processo só foi mais explícito em Portugal a partir de abril de 1974.

Chegou-se hoje em dia a taxas de atividade de homens e de mulheres que estão muito próximas, verificando-se o decréscimo das primeiras e o crescimento das últimas. Trata-se de uma quase paridade, que representa em relação ao passado avanço notável, embora não deixe de esconder outras discriminações e diferenciações importantes como a da precariedade da posição das mulheres casadas perante o mercado, os baixos salários e os fracos rendimentos, entre outros aspectos, como tivemos ocasião de verificar.

"Quando a gente ganha para comer já não tem de lhes aturar tudo!"

Mas o aspecto talvez mais marcante deste processo de mudança, que ficou patente na análise das entrevistas, foi o fato de se concluir, claramente, que mais do que necessitar trabalhar, as mulheres casadas, mesmo as de fracos rendimentos, querem trabalhar no exterior.

A frase acima referida, dita por Margarida Teixeira, operária com 35 anos no momento em que foi entrevistada, mostra que as motivações para o trabalho feminino são variadas e ultrapassam a idéia da estrita necessidade. Poderíamos focar outros exemplos, como o de Lurdes Oliveira, operária, mãe de cinco filhos, que nos diz que no trabalho é que descansa a cabeça e que não se vê a si própria fechada em casa só com os filhos; ou Ermelinda Barreto, de 24 anos, mãe de uma criança de dois meses e outra de seis anos, que afirma que o trabalho que verdadeira-

mente a realiza é o trabalho em "linhas" (cadeia de produção) em alternativa ao trabalho de limpeza, que desempenha no momento da entrevista. Para outras mulheres, de outros setores sociais e mesmo mais velhas, o trabalho no exterior assume, ou assumiu, claramente a função de realização pessoal. Outro sinal do mesmo tipo pode ser observado a partir da declaração das domésticas dado que as que foram entrevistadas não parecem muito satisfeitas com a sua situação.

Conclui-se, assim, que o desempenho de uma atividade para o mercado está decididamente associado à maior autonomia e capacidade de decisão no contexto conjugal, ao reconhecimento de competências, à fuga ao que é pressentido como fechamento doméstico. Se seriam de esperar, em relação a mulheres de certas categorias profissionais, interpretações do trabalho exterior que sublinhassem as dimensões libertadoras, individualizantes e autonomizantes dessa atividade, encontrar posições relativamente idênticas, embora com linguagens diferentes, em setores profissionais onde o trabalho é muito pouco qualificado constitui, de certa forma, uma surpresa.

Assim, encontramos efeitos nítidos de desgaste da imagem da mulher doméstica, que parece ser bastante desvalorizada, tendo deixado de representar fator de identificação. Temos, assim, outra das dimensões que representaram alguma novidade na pesquisa: o trabalho profissional tende a ser fator de identidade pessoal e social para as mulheres. A visão de uma mulher casada, vítima e totalmente dependente do homem, passou à história. Embora haja ainda sinais de dependência feminina efetiva – devido aos fatores que indicamos, como o dos baixos salários, e já não tanto porque as mulheres sejam totalmente sustentadas pelos homens – o que tende a ser sublinhado é a imagem de uma mulher companheira do homem, igual em direitos e deveres. Esta afirmação foi muito mais nítida do que se esperaria no início da investigação.

As mudanças relativas à situação das mulheres casadas a que fizemos referência só foram possíveis pela conjunção de diferentes fatores. Foram relevantes, e estão associadas a essas mudanças, as transformações no domínio socioeconômico, como a mudança de uma lógica predominantemente agrícola para a industrial e desta para a era dos serviços com alta tecnologia, na medida em que se criaram, nestes processos, postos de trabalho "adequados" para a mão-de-obra feminina. Viu-se até, com os desenvolvimentos mais recentes, nomeadamente, com a ideia da

flexibilização e a contínua tendência para a precarização, que o trabalho feminino parece ser particularmente valorizado pelos empregadores para certo tipo de atividades econômicas. Mas não se pode centrar a atenção apenas num dos fatores da mudança, sob pena aliás, neste caso, de nos quedarmos por uma versão demasiado cínica e limitada. É necessário ter em consideração outros aspectos.

Fator decisivo foi também o aparecimento dos movimentos feministas nos anos 70, que vieram precisamente começar por evidenciar o mal-estar das mulheres casadas e os problemas e disfuncionalidades decorrentes do seu confinamento ao espaço doméstico, como se viu no primeiro capítulo. O surgimento da pílula contraceptiva constitui, igualmente, exemplo de mudança significativa já que permitiu a separação entre sexualidade e procriação, estando assim também associada à transformação dos valores no campo da sexualidade, das relações afetivas e amorosas.

O crescimento das chamadas classes médias, menos diretamente envolvidas em lógicas de alargamento e reprodução do património e não tão dependentes do casamento para a sobrevivência económica, contribui para a generalização de uma imagem de mulher assalariada ativa e menos condicionada pelos papéis sexuais tradicionais. No caso português, aliás, fatores específicos como a emigração e a guerra colonial contribuíram para que as mulheres casadas assumissem um protagonismo particular ao ocuparem postos de trabalho, que noutros países estariam a ser, em princípio, ocupados por homens.

Mas, embora esses processos de mudança viessem já a ocorrer desde os anos 60, foi fundamentalmente depois do 25 de Abril que eles ganharam maior visibilidade. Viveu-se nos anos seguintes um ambiente de liberdade no plano dos usos e costumes que permitiu legitimar ainda mais essa perspectiva de uma mulher ativa e igual, em direitos e deveres, ao homem. As transformações que se vivem então concretizam-se no espaço de 25 anos, enquanto na maior parte dos outros países europeus elas ocorrem no decurso de quarenta anos. Acresce, para acentuar a especificidade do caso português, que se parte neste país de padrões muito mais tradicionalistas e retrógrados em relação às mulheres do que se partia nos anos 60 na Europa ocidental.

São, em todo caso, exatamente esses padrões ainda tradicionalistas em relação às mulheres, em especial em certos planos, como no da divi-

são do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos, que se fazem ainda sentir em Portugal. É um fato que também aqui, como vimos, somos acompanhados, nessa distribuição assimétrica e desfavorável às mulheres, pela maioria dos países europeus. Mas também é verdade que o contraste em Portugal é particularmente acentuado, já que a esmagadora maioria das mulheres portuguesas, e em particular as mães, têm jornadas de trabalho exterior com horários quase tão extensos como as dos homens. E no nosso país é também fraca a cobertura de equipamentos de apoio à infância. Assim, a assimetria entre homens e mulheres casados na responsabilidade e na execução dessas tarefas parece traduzir-se, no caso português, numa particular sobrecarga feminina. Em termos de mudança intergeracional, aliás, notou-se apenas maior participação masculina no plano dos cuidados com os filhos que só era, em todo o caso, mais visível em certos setores sociais.

Contribuem, certamente, de forma importante para explicar a manutenção da assimetria os padrões tradicionalistas da dominação masculina que condicionam o comportamento dos homens – que não se dispõem a participar mais – e o das mulheres, que continuam a assumir um conjunto de tarefas domésticas de que não gostam, com as quais muitas já não se identificam, como se interiorizassem ainda que a concretização dessas tarefas fosse sua obrigação.

Mas vimos também quão difícil é assumir numa relação conjugal uma situação de conflito permanente a propósito de dimensões práticas as quais, perante as afetivas, acabam por ser desvalorizadas pelas próprias mulheres. Aliás, a imagem de uma mulher pacificadora e não fatora de conflito adequa-se mais ao estereótipo feminino dominante. Ora, como o trabalho doméstico se impõe, tem de ser feito, a resultante dessa imposição, no quadro valorativo definido, traduz-se na sobrecarga de trabalho das mulheres. Claro que este peso acrescido também se distribui socialmente de forma diferenciada, já que, como se viu de forma clara na pesquisa, assim que a situação financeira permite, tende-se a delegar em trabalho pago pelo menos algumas das tarefas domésticas mais pesadas. Mas, pela distribuição de rendimentos que pudemos observar nos inquéritos realizados, o conjunto dos que podem delegar a maior parte dessas tarefas é limitado.

Podemos voltar às questões colocadas no início deste capítulo. Assim, viu-se que o fato de um número crescente de mulheres contribuí-

rem para o sustento da família através do trabalho pago, como é tão evidente no caso português, não implicou uma divisão do trabalho familiar diferente. Se pelo lado do desempenho do trabalho pago se verificou que as mulheres se mostraram disponíveis para abraçá-lo, do lado da divisão do trabalho familiar os homens não mostraram iniciativa semelhante.

O que pode ter resultado da maior participação feminina na atividade profissional e na obtenção de rendimentos próprios foi mais claramente um acréscimo de auto-estima, maior sensação de protagonismo, maior sentido de reconhecimento de competências. Mesmo assim, tudo se passa como se para essa melhoria fosse ainda necessário pagar algum preço. Assim, se a motivação para o trabalho profissional feminino em alguns setores sociais nasce de um desejo de realização pessoal, em outros parece ser uma forma de contrariar e resistir a formas excessivas de dominação masculina. Nos setores sociais com baixos rendimentos e mais tradicionalistas, ao ganhar para a casa, ganha-se imediatamente em responsabilidade e autoridade, ainda que se possa perder em sobretrabalho.

Em suma, o que de forma completamente nítida se revelou na pesquisa foi que a esfera do trabalho e a da família motivam de forma paralela, apelando certamente para diferentes domínios identitários, as mulheres casadas. Fica posta em causa a imagem de uma mulher única e exclusivamente motivada pela vertente familiar.

Se as mulheres se centram paralelamente na família e no trabalho, os homens parecem, no plano identitário, esperar mais da profissão, investindo na família de forma mais mediada, isto é, através da relação com as cônjuges. Assim, no plano das responsabilidades familiares, e independentemente de valorizarem essas relações, os homens tendem a delegá-las, quer no nível da gestão, quer no nível executivo, às mulheres. Em todo caso, fica também relativizada a versão estereotipada do homem ferozmente competitivo que só se projeta na profissão. Há considerável desinteresse pela atividade profissional em alguns casos, em outros são os aspectos mais pragmáticos e instrumentais que são valorizados e em outros ainda nota-se que se foi instalando com os anos algum conformismo. Só nos casos em que se está a meio de uma verdadeira carreira, ou esta se perfila no horizonte, se notou um tipo de comportamento, de opções e de discurso mais próximo do estereótipo. Como se sabe, e como

vimos, estão longe se serem majoritários os casos de profissões que envolvem verdadeiras carreiras profissionais.

Afirmava-se também no início do capítulo que interessava na pesquisa, quanto a esta problemática, procurar compreender e explicar os processos internos à própria vida conjugal que fossem suscetíveis de ter efeitos na participação de mulheres e de homens no mercado de trabalho.

Ora, se por um lado se verificou que a divisão do trabalho familiar é assimétrica, também se mostrou a gama de efeitos que esta assimetria pode ter na forma como as mulheres investem em diferentes momentos do ciclo de vida conjugal. Vimos as jovens mulheres com formação universitária e profissões intelectuais e científicas com filhos pequenos em situação de *stand by*, isto é, trabalhando o mais que podiam, mas com limitações ao seu envolvimento dadas as responsabilidades familiares, independentemente da sua vontade.

Verificou-se, por outro lado, que alguns dos constrangimentos à participação dos homens na vida familiar não nascem necessariamente da sua vontade, localizando-se também nos efeitos de gênero que atuam nos próprios contextos profissionais. Acontece, por exemplo, que, para cumprirem com o que lhes é pedido no início da carreira profissional, eles são considerados pela entidade patronal homens sem família e com possibilidade de dedicação ilimitada à empresa. Ora, no que isto se traduz, é num óbvio impedimento à sua maior participação em casa, situação que fica, aliás, desculpabilizada pela "objetividade" dos constrangimentos.

Assim, se no contexto familiar é claramente a divisão desigual de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres que muitas vezes limita claramente o maior investimento feminino na profissão, interferem também mecanismos externos à vida familiar, como os que se geram no contexto profissional, que reforçam essas mesmas limitações. E esta conclusão permite sublinhar a consistência teórica da proposta que considera que os efeitos de gênero atravessam os diferentes domínios da vida social, do privado ao público, da família ao trabalho, produzindo a discriminação feminina. Outra forma de dizer que existe uma divisão sexual e social do trabalho que condiciona os lugares ocupados por homens e por mulheres nos diferentes domínios da vida social.

Concluiu-se, igualmente, ao adotar uma perspectiva teórica e metodológica que afirma a realidade dinâmica da vida conjugal, que os

constrangimentos de gênero não se fazem sentir da mesma forma nem em todos os contextos e conjunturas, nem em todos os momentos da vida conjugal. Por outras palavras, vimos que as mulheres, ao assumir uma perspectiva de conciliação entre as suas necessidades de investimento pessoal e profissional e as responsabilidades familiares, podem, em certas circunstâncias e quando os filhos são menos dependentes, retomar projetos adiados. As entrevistadas que assumiram esta atitude permitem exatamente reforçar a idéia já ilustrada segundo a qual são os constrangimentos familiares, mais do que o desejo ou a simples vontade, que impedem que as mulheres com família levem mais longe a sua formação ou invistam ainda mais na sua progressão profissional.

No plano teórico o que a perspectiva atrás indicada permite sublinhar é a importância de captar a vida conjugal na sua dinâmica própria, ultrapassando, assim, os cortes sincrônicos que a construção de tipologias tantas vezes impõe.

Combinações e arranjos: tendências de mudança

Vejamos agora a relação entre conjugalidade e mudança social. As interrogações iniciais da investigação sobre o casamento dirigiam-se à identificação de práticas e representações sobre o casamento, bem como à de mudanças, quer em termos de tendências globais, quer numa lógica intergeracional.

Que respostas foi possível encontrar, em grandes linhas, ignorando agora a diversidade de posições já identificada nas representações associadas ao casamento?

Surgiu uma imagem compósita com múltiplos elementos. Para o êxito do casamento não basta solidariedade e responsabilidade, não basta amor, não basta empenho. É da articulação de todos estes elementos, temperando-lhes as doses em função dos referentes culturais e sociais, que se constrói a configuração específica do êxito da conjugalidade. Confirma-se que o casamento precisa também de algum sacrifício e de algum empenho. Pouco pesam, em contrapartida, as lógicas institucionais e sagradas.

Tudo se vai gerando nos próprios processos de conjugalidade, que não aparecem condenados à rotina e que dão mostras de conseguir maiores garantias de sucesso quando a partilha e a autonomia estão presen-

tes. O que resultou, no conjunto, foi uma visão simultaneamente confiante e prudente, positiva mas não cega, afetiva mas não exclusivamente romântica ou aventureira.

No plano das representações, os portugueses têm uma visão simétrica, laica e relacional do casamento. Já no que respeita às práticas, são relativamente diferentes as conclusões, em contraste com fortes convergências de representações, revelando estas um quase unanimismo a propósito de certas visões sobre a família e a conjugalidade, como também já foi notado em outras investigações (Vasconcelos, 1998, p. 322).

Recordem-se, então, algumas das tendências principais. A simetria entre homens e mulheres, valor extremamente popular, não chega à divisão igualitária no plano das tarefas domésticas, embora no que respeita à divisão do trabalho pago as mulheres portuguesas estejam mais próximas dos homens do que em outros países europeus. Se bem que não se atribua grande significado real ao laço formal do casamento, por outro lado, poucos são os portugueses que dispensam a formalização dessa união. Embora assumam posições essencialmente ritualistas e laicas perante a forma de celebração do casamento, a maioria acaba por não dispensar a realização da cerimônia religiosa, isto ainda que se tenha também verificado a progressiva descida do casamento católico nos últimos quarenta anos em todo o país e se conserve significativa diversidade de práticas, a este respeito, nas diferentes regiões de Portugal.

A procura de explicações para as discrepâncias entre representações e práticas constitui desafio interessante. Importa agora retomar e fundamentar melhor algumas hipóteses explicativas já esboçadas.

Uma das explicações talvez se encontre num efeito que poderíamos chamar de sede de modernidade. A abertura da sociedade portuguesa no pós-25 de Abril e os processos de mutação e de recomposição social como o crescimento das classes médias, portadoras de valores mais modernos, em particular nos planos focados, estarão porventura entre os fatores que geraram esse desejo de modernidade, expresso mais em certas opiniões do que nos correspondentes comportamentos (Torres, 1996). Ficou claro que a defesa das opiniões modernas em Portugal, no domínio da conjugalidade e da família, representava ela própria uma forte transformação em relação ao passado. A comparação intergeracional não fez senão confirmar tal mudança. Transformações operadas em outros países no espaço de quarenta anos desenrolaram-se em Portugal

em tempo comprimido, coincidindo ainda, no início desse processo de mudança, com alguma radicalização ideológica em esbatimento progressivo. Neste contexto específico, a concretização de algumas das idéias assumidas no nível do discurso exige outro tipo de condições e de circunstâncias e de espaçamento temporal. Por isso se propôs que mais do que *serem* modernos, os portugueses gostam da *idéia* de ser moderno.

As explicações dos entrevistados lançaram alguma luz sobre a razão das descoincidências verificadas. A decisão de casar pela Igreja ou simplesmente de casar, sobretudo junto dos mais jovens, surgia muitas vezes como consequência lógica e não problemática de um conjunto de circunstâncias. Por razões estatutárias ou meramente ritualistas, para não entrar em conflito com a família, para não criar e não ter problemas, em suma, é um certo pragmatismo que imperava nas escolhas.

Talvez nem seja legítimo sequer dizer que se trata de ter representações modernas e ser tradicionalista na prática. Na verdade, enquanto a escolha no nível da representação está colada às idéias, o fundamento da escolha e da decisão prática não radica numa opção ideológica, mas numa base pragmática. Assim, se no plano ideológico se verifica, com efeito, a defesa das versões desinstitucionalizadas, no das práticas o que aparece é uma mudança de posição face à instituição: ela passa a ser usada conforme a conveniência dos indivíduos, ao contrário do tempo em que eram os indivíduos a conformarem-se sem latitude à instituição.

E por que os indivíduos não só se sentem no direito de utilizar as instituições como o podem efetivamente fazer? Porque na realidade também as instituições não lhes aparecem já como dotadas de absoluta rigidez ou de carácter imutável e intransponível. Elas também já não são o que eram. O contexto valorativo atual exerceu sobre elas um efeito de erosão. Assim, não só as representações sobre as instituições são modernas, como os comportamentos perante elas não podem ser meramente reconduzidos aos comportamentos tradicionalistas do passado porque se trata das instituições de hoje, de carácter mais maleável e flexível. Entre as implicações do casamento pela Igreja de hoje e as que existiam nos anos 60, em Portugal, há todo um abismo de diferenças.

Retomando a noção pragmática das conveniências, vale a pena também dizer que ela envolve um leque variado de domínios, do prático ao simbólico. Pode-se pensar pura e simplesmente em efeitos simbólicos demonstrativos, como os que estão associados à lógica estatutária pe-

rante a forma de celebração do casamento, ou em lógicas mais imediatas como a cedência em relação à família de origem para garantir depois autonomia e maior espaço de manobra, ou ainda em ganhos de segurança e pecuniários acrescidos.

Também é verdade que, se em todos os países da União Européia se verifica a tendência para o crescimento da coabitação prévia ao casamento ou mesmo das situações de não formalização das relações conjugais, quando se analisam mais de perto as diferentes "ofertas" legislativas e quando se relacionam essas ofertas com a incidência da coabitação nesses países, é impossível ignorar algumas relações de co-ocorrência. Isto é, em toda parte se tende para um ajuste que relaciona contextos culturais específicos com legislação existente e práticas perante a coabitação ou a forma de celebração do casamento. O fenômeno do pragmatismo, neste plano, é assim muito generalizado.

A distância que se estabelece entre discurso desinstitucionalizado e permanência do recurso à instituição é extremamente visível igualmente no caso da França. Com efeito, mostrou-se atrás que o casamento religioso continuava a ser em meados dos anos 80 a forma de celebração do casamento mais escolhida pela maioria dos franceses, ao mesmo tempo que a coabitação prévia chegava aos 30% e que a maioria dos coabitantes (68%) escolhia o casamento católico como forma de formalizar a sua união. Ora, o que isto significa é exatamente a combinação de duas lógicas, a princípio, aparentemente contraditórias.

Bozon (1992) não deixa de registrar alguma perplexidade exatamente ao mostrar que o recuo da prática religiosa, na França – tal como em Portugal – é muito mais acentuado do que a descida do casamento religioso, apontando como explicação possível a manifestação de desejo de integração na comunidade por parte dos que coabitaram e casam depois pela Igreja. Em todo caso, os argumentos utilizados pelos que casam hoje, e que coabitaram previamente, para justificar essa forma de celebração do casamento são diferentes dos invocados pelos que casaram nos anos 60.

Este fenômeno exige alguma atenção. A demasiada insistência na idéia de "desinstitucionalização" sem distinguir entre idéias e práticas e sem entender a relação entre uma vertente e outra, parece, de certa forma, precipitada. É fundamental também, como mostra Kaufmann (1993), não se confundir a desistência da realização do laço formal do

casamento com modalidades diferentes de entrar na vida conjugal. Ao ignorar esta distinção esquece-se pura e simplesmente essa realidade que consiste na insistência, na França, na prática do casamento formal e na clara prevalência da celebração da cerimônia religiosa. Moderno ou tradicional?

Mas será talvez o caso de pôr de parte, exatamente, a visão demasiadamente maniqueísta e simplista que associa de um lado, como um pacote, o moderno, e do outro lado, como outro pacote, o tradicional. O que existe, fundamentalmente, são lógicas de combinações, arranjos e estratégias individuais, à medida do interesse e daquilo a que se chamou conveniências dos atores. Trata-se, então, de perceber que se vão gerando lógicas sob medida, a partir das circunstâncias individuais, em alternativa ao antigo seguir obrigatório de normas de pronto a pensar e a praticar. Ou seja, os atores vão tornando dominante um certo artesanato de idéias e de práticas, como João Ferreira de Almeida (1990, 1995) tem proposto, recusando aderir em bloco a um conjunto pré-fixado de valores e prescrições.

São propostas que não se adequarão só à realidade portuguesa, como se viu no caso da França, mas que, de qualquer modo, se tornam particularmente fecundas nestas paragens de transições particularmente rápidas. Tudo o que se relaciona com a problemática da mudança social, com as correlativas discussões sobre modernidade e tradição, atravessa de resto, direta ou indiretamente, muitas das pesquisas realizadas nos últimos anos em Portugal.

Idéias do mesmo tipo, embora formuladas com outra linguagem, foram avançadas, recentemente, por Martine Segalen (1998). Ao analisar o ritual do casamento na França, a autora mostra como se trata de uma combinação personalizada de recurso à tradição e à modernidade, ou, por outras palavras, como os casamentos no final do século demonstram a polissemia e a plasticidade de um ritual como o do casamento e a utilização que dele fazem os atores sociais contemporâneos.

Na verdade, a autora revela que os significados ou sentidos atribuídos ao ritual mudaram radicalmente. Já não se trata de passagem para a vida adulta, visto que na França a maior parte dessas etapas já foram ultrapassadas quando o par celebra o casamento – coresidência, sexualidade e procriação – significando mais a expressão de um compromisso entre o casal e a “constelação familiar”. Outra mudança significativa é a

que ocorre com os protagonistas da cerimônia. Eles deixam de ser os pais dos noivos, como ocorria ainda nos anos 60, para passarem a ser os próprios jovens (ou menos jovens) que casam e que, em conjunto, com os seus amigos, decidem a lista dos convidados e preparam com todos os pormenores como vai decorrer a festa, com os seus diferentes episódios.

Dá-se também um alargamento e desmultiplicação dos momentos de celebração que se desencadeiam em várias fases, desde as "despedidas de solteiro", para eles e para elas, que simbolizam o fim da anterior disponibilidade sexual e afetiva, até a cerimônia, transformada numa espécie de casamento espetáculo, preparado e registrado para marcar de forma indelével um dia muito especial. Mas a gestão pelos noivos e seus amigos de todos os pormenores da cerimônia é extremamente personalizada, sendo em cada caso decidido o que se diz e quando, quais os jogos e as brincadeiras a efetuar e em que momento. Precisamente como se a partir de um grande texto, esboçado em linhas gerais pelas interpretações que se vão fazendo de qual é a tradição, se fosse retirando e compondo de forma individual o que se julgasse mais adequado àquele específico caso. Assim "invenção e inflação de rituais, emergência de novos atores sociais, desenvolvimento da dimensão festiva que aparenta o casamento à criação de um espetáculo, tais são as características salientes dos rituais matrimoniais na viragem do século XXI (Segalen, 1998, p. 103-4).

Combinações e arranjos onde sabiamente se misturam lógicas diferentes nos processos de transformação social são abordadas também por vários autores portugueses. Nelson Lourenço, como já vimos, mostra no plano teórico as dificuldades que se colocam à análise da mudança social e a sua complexidade analítica. E dá exemplos expressivos dessas combinações de lógicas distintas.

A persistência do prestígio associado à posse da terra, por exemplo, mesmo quando o rendimento que dela se aufera se torna cada vez mais diminuto, combina-se com a penetração da indústria no universo rural. Neste universo, e através da pluriatividade dos diferentes membros do grupo doméstico, tudo indica que "(...) a implantação local das indústrias parece estar na base da permanência dos elementos tradicionais na sociedade rural" (Lourenço, 1991, p. 142). Permanece assim a tradição à custa da entrada da indústria que habitualmente está associada à idéia de modernidade. O que não obsta a que as sociabilidades e outros efei-

tos sugeridos pela ocupação nas novas profissões da indústria não venham igualmente introduzir, pelo seu lado, novos elementos e combinações de outro tipo, como também já tinha sido mostrado na região estudada por Ferreira de Almeida (1986).

Karin Wall dá exemplo de distância entre práticas e representações, mostrando como certas circunstâncias, como a necessidade de definir a sucessão ou a troca de serviços entre gerações nas famílias de lavradores, faziam pressão sobre a família conjugal, impondo práticas familialistas que estavam em desacordo com os valores igualitários, os quais, apesar de tudo, tendiam a ser afirmados como norma (Wall, 1998, p. 341).

Ana Nunes de Almeida (1986) confronta-nos com outro tipo de desencontro, desta vez com a prática "à frente" do discurso. Embora se trate também de diferenças entre maneiras de dizer e maneiras de fazer, desta vez é para salientar que as mulheres de um bairro degradado afirmavam muito menos do que na prática eram e faziam. Tendo um discurso que reservava para si próprias o segundo plano, o lugar na sombra, dando, em palavras, a primazia aos homens e definindo para si a imagem da mulher conformada ao destino, passiva e submissa ao marido, elas assumiam, na prática, uma atitude oposta. A pesquisa revelou que, na verdade, se tratava de mulheres ativas, decididas, cujo salário, em geral, assumia papel central no equilíbrio do orçamento familiar, situação que lhes conferia um "poder de fato" (Nunes de Almeida, 1986, p. 493-520).

O que os diferentes exemplos sugerem, em todo caso, é que haveria porventura um ponto forte de convergência interpretativa. Na verdade, o que se passa é que no nível do discurso se tende muito mais a reproduzir aquilo que se considera "adequado", num dado contexto, numa dada época. Moderno, como se verificou para o conjunto dos portugueses por nós inquiridos recentemente em nível nacional e na Grande Lisboa a propósito do casamento. Menos moderno, se se quiser tradicional, em outros contextos, não sendo de estranhar que mulheres migrantes para a cidade, nos anos 60, vindas de um cenário rural achem, no início dos anos 80, que o "dizer adequado" seja o de dar a imagem da mulher submissa e secundarizada face ao marido.

Na prática, como constantemente foi confirmado, um conjunto de circunstâncias impõe-se e constrange a ação, levando a que se faça quase sempre o que tem de ser feito. E este fazer, como se viu, entre muito

outros exemplos, no caso das formas de celebração do casamento ou da formalização da relação conjugal, se tem também por referência o que é dito, obedece, em última análise, a esses diversos constrangimentos.

Os vários casos apontados constituem exemplos, com pontos de aplicação empírica diferentes, da complexidade analítica dos processos de transformação social. Ao mesmo tempo que mostram paradoxos, que exibem discordâncias entre dizer e fazer, exigem que se convoque, em cada caso, o cruzamento de diferentes olhares – de perto, de longe, o que é feito e o que é dito – para que os contornos específicos dos processos sociais da mudança se tornem mais claros.

Voltando à nossa pesquisa, outro exemplo de contraste estará na coexistência do discurso moderno igualitário em relação às mulheres, regendo-se pelas lógicas intrínsecas em relação ao laço conjugal, com o tradicionalismo patente nas questões do controle da sexualidade feminina. Apesar das mudanças intergeracionais reveladas, a sexualidade permanece numa espécie de zona cinzenta, de mistérios e sussurros, onde ainda se mantêm sinais da presença do chamado duplo padrão. Será esta outra forte zona de resistência masculina ao protagonismo feminino em áreas como o trabalho exterior e o desempenho em paridade do papel instrumental por parte das mulheres portuguesas?

De todo modo, pareceu ser possível relacionar algum deste tradicionalismo com o pragmatismo expresso na formalização da relação conjugal. Casar ou coabitar constitui uma opção comandada, também, pelo que se considera serem os comportamentos adequados ao gênero. Para alguns pais, ser divorciada pode ainda ser, por exemplo, menos ameaçador para a reputação das filhas do que ter saído de uma mera coabitação.

Não será por acaso, também, que quase sempre são as mulheres as principais protagonistas de uma visão moderna. Mostram-na quando se referem ao seu papel na sociedade numa base de inteira paridade com os homens, ou quando exprimem uma perspectiva mais laica, mais voltada para o quotidiano, inteiramente empenhada tanto na família como no trabalho. Dão a imagem de querer a libertação pessoal pela qual estão dispostas a pagar o preço do trabalho exterior. Procuram autonomia financeira e paridade de poder, não qualquer benesse, exceção ou proteção particular. Estamos longe da imagem de uma mulher dependente do casamento e vitimizada. Esta parece ser mudança fundamental.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Nunes. Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina. *Análise Social*, v. 12, p. 92-93, 1986.
- ALMEIDA, João Ferreira de. *Classes sociais no campo*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais, 1986.
- _____. COSTA António Firmino da. *Valores e representações sociais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. V. 7, Portugal: os próximos vinte anos.
- _____. Evoluções recentes e valores na sociedade. FERREIRA, E. de Sousa, RAITO, Helena (Org.). *Portugal hoje*. Instituto Nacional de Administração, 1995.
- BOZON, Michel. Mariage et mobilité sociale en France. *European Journal of Population*, n. 7, 1991.
- _____. Sociologie du rituel du mariage. *Population*, n. 2, 1992.
- GIDDENS, Anthony. *The transformation of intimacy*. Sexuality, love & eroticism in modern societies. Cambridge: Polity Press, 1992.
- KAUFMANN, Jean Claude. *Sociologie du couple*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- KELLERHALS, Jean et al. *Mariages au quotidien: inégalités sociales, tensions culturels et organisation familiale*. Lausanne: Ed. Pierre Marcel Favre, 1982.
- LOURENÇO, Nelson. *Família rural e indústria: mudança social na região de Leiria*. Lisboa: Fragmentos, 1991.
- SEGALEN, Martine. *Rites et rituels contemporains*. Paris: Nathan Université, 1998.
- TORRES, Anália Cardoso. *Divórcio em Portugal, ditos e interditos*. Oeiras: Celta Editora, 1996.
- _____. SILVA, F. Vieira da. Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 28, p. 9-65, 1998.
- _____. et. al. *Men and women between family and work in Portugal*. Tilburg: Tilburg University, 2000.
- VASCONCELOS, Pedro. Vida familiar. In: _____. *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.
- WALL, Karin. *Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

Abstract

Gender relations and marriage, the division of work between men and women and social change are the main subjects of analysis in this article. The analysis is based on the discussion of the results of research using qualitative and quantitative techniques, such as a questionnaire applied at national level (Portugal) or in Great Lisbon and in-dept interviews of married men and women of the same couple of different social backgrounds, ages and time of marriage, living in the area of Great Lisbon.

Keywords: gender, marriage, social and sexual division of work, social change.

Résumé

Les relations entre genre, mariage, division du travail entre hommes et femmes et changement social sont ici analysées à partir de recherches récentes adoptant des techniques d'enquête quantitatives ou qualitatives. Le thème des rapports entre vie conjugale et travail est développé d'une manière plus détaillée à travers, d'un côté, des résultats d'enquêtes par questionnaire menées au niveau national (Portugal) et de la Grande Lisbonne et, d'un autre côté, d'entretiens avec des couples – hommes et femmes d'un même couple –résidant dans la Grande Lisbonne et caractérisés par de différentes durées de mariage, différents âges et classes sociales.

Mots-clés: genre, mariage, division sociale et sexuelle du travail, changement social.

Recebido em: outubro de 2000.

Aprovado em: novembro de 2000.